

***A HISTÓRIA EUROPEIA SE TORNOU A ESTÓRIA
BRASILEIRA: PELA CORAGEM DE CAMINHARMOS COM NOSSAS
PRÓPRIAS PERNAS***

***THE EUROPEAN HISTORY BECAME THE BRAZILIAN STORY:
FOR THE COURAGE TO STAND ON OUR OWN TWO FEET***

***LA HISTORIA EUROPEA SE CONVIRTIÓ EN LA HISTORIA
BRASILEÑA: POR EL VALOR DE CAMINAR CON NUESTRAS
PROPIAS PIERNAS***

Pedro Henrique Alves de Medeiros¹

Edgar César Nolasco²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo realizar uma leitura comparatista entre as reflexões de Silviano Santiago e Antonio Candido a partir de uma perspectiva teórica descolonial à luz da ideia de “formação da literatura brasileira” através do Arcadismo, do Romantismo e dos seus desdobramentos. Para isso, utilizaremos uma metodologia eminentemente bibliográfica respaldada na descolonialidade e, em específico, no conceito de “pensamento próprio”, com base nas discussões de Walter Mignolo, Facundo Giulliano, Boaventura de Sousa Santos, Catherine Walsh e Edgar César Nolasco a fim de delimitar pontos de contato e diferenciais entre Santiago e Candido no engaste do debate Sul-Sul ensejado. Intenta-se, portanto, problematizar e discutir os *modus operandi* críticos deslindados pelos referidos intelectuais brasileiros a fim de comprovar que, mesmo bem intencionados, não conseguiram dar conta de desobedecerem ou mesmo se desprenderem das imposições ocidentais europeias hospedadas e reproduzidas à exaustão nestes trópicos verde-amarelos entrecortados pela subserviência reprodutória enquanto Sul global em detrimento às metrópoles centralizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura brasileira; Silviano Santiago; Antonio Candido; Descolonialidade; Sul global.

¹ Doutor em Estudos de Linguagens, pedro_alvesdemedeiros@hotmail.com.

² Doutor em Literatura Comparada, ecnolasco@uol.com.br.

ABSTRACT: The present work aims to carry out a comparative reading between the reflections of Silviano Santiago and Antonio Candido from a decolonial theoretical perspective inspired by the "formation of Brazilian literature" through Archaism, Romanticism and its unfolding. For this, we will use an eminently bibliographic methodology supported in the decoloniality and, specifically, in the concept of "pensamento próprio", based on the discussions of Walter Mignolo, Facundo Giulliano, Boaventura de Sousa Santos, Catherine Walsh and Edgar C  zar Nolasco in order to delimit contact points and differences between Santiago and Candido in the center of the South-South debate. It is intended, therefore, to problematize and discuss the critical *modus operandi* outlined by these Brazilian intellectuals in order to prove that, even well-intentioned, they have not been able to disobey or even detach themselves from the western European impositions hosted and reproduced to exhaustion in these green-yellow tropics entangled by the reproductive subservience while global South to the detriment of centralized metropolises.

KEYWORDS: Brazilian literature; Silviano Santiago; Antonio Candido; Decoloniality. Global South.

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo realizar una lectura comparativa entre las reflexiones de Silviano Santiago y Antonio Candido desde una perspectiva teórica descolonial a la luz de la idea de "formación de la literatura brasileña" a través del Arcadismo, el Romanticismo y sus ramificaciones. Para ello, utilizaremos una metodología eminentemente bibliográfica respaldada en la descolonialidad y, en concreto, en el concepto de "pensamiento propio", basándonos en los debates de Walter Mignolo, Facundo Giulliano, Boaventura de Sousa Santos, Catherine Walsh y Edgar Cózar Nolasco, con el fin de delimitar los puntos de contacto y las diferencias entre Santiago y Candido en el marco del debate Sur-Sur propiciado. Se pretende, por lo tanto, problematizar y discutir los *modus operandi* críticos deslindados por los mencionados intelectuales brasileños con el fin de demostrar que, aunque bien intencionados, no lograron desobedecer o incluso desprenderse de las imposiciones occidentales europeas alojadas y reproducidas hasta la extenuaci  n en estos trópicos verde y amarillo entrecortados por la servidumbre reproductiva como Sur global en detrimento de las metr  polis centralizadas.

PALABRAS CLAVE: Literatura brasile  a; Silviano Santiago; Antonio Candido; Descolonialidad; Sur global.

Duplamente despojado: *a História europeia    a estória do indígena*. Resta-lhe memorizar e viver com entusiasmo uma 'fic  o' europeia (portuguesa, em particular) que se transcorre num grande palco que é a sua própria terra. E já no século XX nem mais a terra    sua. [...] historiadores contemporâneos nossos julgam acreditar que a origem de uma 'inteligência brasileira' se dá quando colégios são criados no século XVI. Ou seja: quando a história alheia    imposta como matéria de memoriza  o, de ensino, imposta como a única verdade. Desnecessário    salientar o compromisso violento da categoria de 'inteligência', nesse contexto, com o mais ardoroso etnocentrismo.

SANTIAGO. Apesar de dependente, universal, p. 15, grifos nossos.

Na literatura comum, a sua fórmula seria mais ou menos a seguinte: Arcadismo = Classicismo francês + herança greco-latina + tendências setecentistas. Estas variam de país para país, mas compreendem, em geral, como vimos, o culto da sensibilidade, a fé na razão e na ciência, o interesse pelos problemas sociais, podendo-se talvez reduzi-las à seguinte expressão: o verdadeiro é o natural, o natural é o racional. A literatura seria, conseqüentemente, expressão racional da natureza, para assim manifestar a verdade, buscando, à luz do espírito moderno, uma última encarnação da *mimesis* aristotélica. Foi este o padrão ideal, o arquétipo a que se podem referir as várias manifestações particulares, e a cuja investigação convém proceder, tomando como ponto de referência os três grandes conceitos-chave mencionados: razão, natureza, verdade.

CANDIDO. *Formação da literatura brasileira*, p. 44-45, grifos nossos.

É preciso coragem para caminharmos com as nossas pernas calcados em um pensamento próprio, sobretudo, quando se pode entrever, de um plasmar descolonial, que a *História europeia acabou por se tornar a nossa estória brasileira* (SANTIAGO, 1982). Essa, por sua vez, embebida de importações assimétricas em torno da diversidade interna das histórias locais alheias e longínquas que pouco diziam sobre as nossas realidades e, não obstante, pouco contribuíram para a descolonização dos nossos processos formativos literário-culturais. Pelo contrário, tal estória nos empurrou o quanto foi possível para o espaço, por excelência, da exterioridade vilipendiando nossos potenciais teóricos de *podermos pensar, por nós mesmos, enquanto não-europeus* (GIULIANO, 2018) e, mais ainda, enquanto um lócus geoistórico e epistemológico povoado, desde sempre, por populações marcadas pela insígnia das diferenças coloniais as enclausurando, *antes de mais nada e apenas, enquanto imitadores de um dito modelo original* (SANTIAGO, 1982), isso quando eram sequer consideradas pelo que se concebeu enquanto *Formação da literatura brasileira* através de Antonio Candido e revisitada, na-diferença, por Silviano Santiago.

Com o exposto em destaque, comparativamente à luz de Candido e Silviano, dedicamos a presente teorização ao corolário de um pensamento próprio

arraigado a estes trópicos tupiniquins na chancela dos recortes históricos em torno do Arcadismo/Romantismo e, por extensão, da “Independência” do Brasil. É escusado dizer, de uma sensibilidade de mundo autobiográfica, o quanto nos parece distante, enquanto brasileiros, cotejar aquilo que nos é próprio, posto que nos fizeram acreditar durante uma vida inteira, cujo estrato de dependência aparelhou nossos cérebros, que os valores positivos sempre estariam resguardados no alheio, antes no eurocêntrico e hoje no estadunidense, ao passo que *tudo aquilo* emergido a partir deste lócus periférico seria de segunda classe ou mesmo desconsiderado, ignorado e deslegitimado.

Urge, neste debate de matiz descolonial, a premissa pujante de *des-aprender para re-aprender* (MIGNOLO, 2008), pelo crivo de perspectivas *outras*, o que foi naturalizado na academia, no correr do cotidiano, nas nossas mentes e corpos enquanto a única via possível de refletir, problematizar e escre(vi)ver seja literatura ou mesmo teorização, em especial, considerando o que se esconde por detrás dos discursos benevolentes e messiânicos retroalimentados pela modernidade/colonialidade. Em um preciso sentido, angariamos problematizar, através das reflexões descoloniais Sul-Sul, como os ideais aportados na *Formação* de Candido acabaram por não alcançar a fronteira; são, por excelência, uma proposta formativa descortinada com base na razão hegemônica replicada nos grandes centros, isto é, um campo minado onde a fronteira se faz ausente quase como se não existisse enquanto realidade possível ou imaginável.

Face a tal intento e no que compete às epígrafes de Silviano e Candido reproduzidas, apregoamos nosso discurso descolonial no duplo despojamento apontado pelo intelectual mineiro cujo substrato ideológico quis nos fazer crer que não possuíamos História e, sim, estória – apenas. Fomos levados a acreditar e internalizar o sentimento de despojamento latente quase como se não possuíssemos quaisquer condições de elaborarmos questões de ordem literário-epistemológicas por nós mesmos, isto é, com base em pensamentos próprios no engaste de nossas ancestralidades originárias ou afro-brasileiras. Assim, Silviano (1982) é salutar quando afere que o “estabelecimento de uma inteligência

brasileira”, conforme apontam historiadores, só teria se dado no século XVI com as criações dos colégios e, no que se esconde por detrás, quando a história alheia é imposta como matéria de memorização e de ensino sendo, portanto, a única verdade. De alguma maneira, estabeleceu-se mais um mecanismo de violência, agora em torno da ideia de “inteligência nacional”, entrecortado pelo *ardoroso etnocentrismo* (SANTIAGO, 1982) em que a Europa, novamente, seria a interioridade do mundo e todo resto seu exterior fronteiro, marginal e imitativo.

Por outro lado, Candido (2017), em sua *Formação*, defende justamente o problematizado por Silviano: a naturalização dos pressupostos alheios, itinerantes e nada providos por uma insígnia própria brasileira quando afere o corolário de uma literatura comum formatada pelo Arcadismo = Classicismo francês + herança greco-latina + tendências setecentistas. No bojo dos seus pressupostos (CANDIDO, 2017) estariam o culto à sensibilidade, fé, razão e à ciência, o interesse pelos problemas sociais em que o verdadeiro seria o natural, e o natural seria o racional em um endosso irrestrito ao espírito moderno encarnando, inclusive, a mimesis aristotélica enquanto padrão ideal literário. Fala-se, então, de “problemas sociais”, no entanto, ao mesmo tempo, sequestra-se quaisquer inscrições daqueles afligidos pelo interceptar das diferenças coloniais quase como se essas não fossem motivações suficientes para se enquadrem no eixo de “problema sociais”. Quando aparecem indígenas, esses são formatados nas bases de um Indianismo romântico ao modo dos “heróis europeus”, em absoluto, estereotipados e exotizados sem qualquer ressoar de suas próprias vozes na égide de suas cosmologias *outras*, há apenas apagamento e estereotipação à última potência.

Dessa forma, parece-nos que a problemática da “criação da inteligência brasileira” sinalizada por Silviano é tomada positivamente por Candido em seus interesses sobressalentes direcionados aos homens das letras, civilizados e dotados das importações mais latentes do espírito do Ocidente neste lócus posto ao Sul reproduzindo, por extensão, o espírito imitativo esperado pelo eurocentrismo no que compete ao seu exterior, ao seu “resto”. Assim, o que é

problematizado pelo mineiro, na contramão, dissemina-se favoravelmente nos postulados do mestre maior quando, da nossa perspectiva fronteiriça e própria, parece ser secundária em sua *Formação* a renitente existência das diferenças coloniais, presentes até hoje em nosso cotidiano. Nessa guisa, é quase como se não fôssemos *nem europeus nem americanos do Norte enquanto destituídos de cultura original em que nada seria estrangeiro, pois tudo o é* (GOMES apud SANTIAGO, 1982, p. 13).

Ainda, *as construções de nós mesmos se desenvolveriam na dialética entre o não ser e o ser o outro*, em destaque, quando se defendem perspectivas críticas a partir das quais nossos processos formativos devam, obrigatoriamente, dar-se através de *interpretações eminentemente universalistas dos nossos problemas brasileiros pressupondo visadas nacionalizadoras e regionalizadoras* (MERQUIOR apud SANTIAGO, 1982, p. 13). No que mais é pluriversal à óptica universalizante, defender a inquirição de um pensamento próprio, indígena, originário, americano, afro-brasileiro etc., na esteira de Rodolfo Kusch (2000a), pressupõe não apenas exumá-lo no tocante ao campo científico do saber apostado pela *práxis* sujeito/objeto analisante. Pelo contrário, dá-se pela urgência de resgatar estilos de vidas e de pensares que se projetam *a partir do fundo da América e do Brasil mantendo certa vigência com as populações originárias* (KUSCH, 2000a). Por isso, quando um indígena não demonstra interesse em saber sobre literatura “universal”, sistema literário, manifestações, marxismo, desenvolvimento ou progresso, *não o faz por ignorância nem por subdesenvolvimento, mas porque seu mundo cultural, sua personalidade e sua sensibilidade de mundo giram em torno de outros eixos* (KUSCH, 2000a) – o que não implica, na perspectiva de um pensamento próprio, uma valoração positiva tampouco negativa, apenas diversal desprovida de binarismos modernos/coloniais.

Nesse intento, Kusch (2000a) assegura que assumir um pensamento próprio convoca o esboço de um pensamento que gire em torno da ideia de *estar* ao invés de *ser* podendo concretizar os reais estilos de vida destes *loci* suleados em sua inusitada riqueza, um verdadeiro lugar desprovido da penosa

universalidade que muitos pretendem esgrimir inutilmente. Em termos destes trópicos colonizados, desenham-se duas formas de se pensar: primeiro, oficialmente e, segundo, de maneira privada. Enquanto a primeira estaria nas universidades reverberando problemáticas europeias traduzidas ao nível de uma racionalidade filosófica, a outra se daria pelo transcorrer do cotidiano nas ruas, campos, favelas, assentamentos, aldeias e comunidades tomada pela insígnia de “popular” quase como se nada tivesse a acrescentar aos ditos “discursos oficiais” (KUSCH, 2000a). Evocar tal contexto não implica *negar a razão do pensamento ocidental, e, sim, descortinar a busca por propostas que estejam mais próximas às nossas vidas* (KUSCH, 2000a, p. 263).

Em um preciso sentido, Walter Mignolo (2018) explicita que defender um pensamento próprio seria, então, conseguir andar com as próprias pernas perdendo o medo de pensar por si mesmo. Medo esse criado, por sua vez, pela força hegemônica das diferenças coloniais epistêmicas e ontológicas que o atualiza constantemente ao nos inquirir um sentimento de que não pertencemos à ontologia que a classificação nos relegou (2018). Calcados nessa perspectiva de Mignolo (2018), entrevemos que nossa teorização Sul-Sul acaba por desvelar os “truques” que se escondem por detrás das classificações a fim de encontrar condições de nos desprendermos e começarmos a andar por conta própria não mais traduzindo problemas europeus à linguagem da América e, claro, do Brasil. Resguardamos *a liberdade de nos apropriarmos do que é alheio único e exclusivamente como motivação latente de desobediência e desprendimento do que se naturalizou como “modo oficial” de pensamento* (MIGNOLO, 2018, p. 147), reverberado em menor medida por Silviano e em maior por Antonio Candido.

Nossa teorização se dá, conforme Edgar César Nolasco (2021) defende, pelo lado de fora das práticas modernas de teorias disciplinares e escolásticas que pouco contribuem para a desnaturalização de uma matriz colonial de poder cujo cerne é, em absoluto, limitante para as totalidades imaginárias das exterioridades pelo crivo da imposição imperial de países capitalistas e cristãos

ocidentais. Nesse aspecto, é salutar que, no bojo da nossa formação, inclusive reverberada pelos escritos de Candido, desenha-se uma *teoria certa, soberana, universal, antropofágica e moderna que deve ser endossada, alimentada e repetida pelos "letrados" à exaustão por todos os lados possíveis* (NOLASCO, 2021, p. 71) quase como se não houvesse possibilidade alguma de se eximir do medo de pensar por si mesmo, ou seja, no que circunscreve um pensamento próprio, à luz das reflexões de Kusch e Mignolo. Nesse ínterim, defender o corolário de uma formação escolástica, provida pela diversidade das histórias locais europeias, implica a compreensão de que não há desprendimento, desobediência epistêmica ou mesmo liberdade (NOLASCO, 2021) para os descentralizados caminharem pela via do que lhes é mais próprio ou sintomático no engendramento e na resolutiva das *suas* próprias questões permeadas pelas diferenças coloniais.

Conforme aponta Silviano Santiago (2013a) em torno da insígnia "formação", no século XIX brasileiro, o discurso colonial europeu "perde" sua razão e forma de ser sendo substituído por uma outra força discursiva, de matiz pós-colonial, pretendida autônoma, explorando eficácias civilizacionais nos efeitos pragmáticos das linguagens. Impulsionados pelo paradigma formação, são disseminados discursos subjetivos e objetivos, originais e concorrentes ao pressupor autorreflexões em torno das identidades dos brasileiros, ditos "autônomos", *pari passu* às descrições do espaço social e político (Brasil) lido, por ele (2013a), enquanto emancipado e informe a ser bem ou mal governado por nós em liberdade. Logo, "[...] Formação vem qualificada, seja por possessivo (minha/nossa), seja por adjetivo pátrio (brasileiro), seja finalmente por disciplina acadêmica (literatura, economia etc.)." (SANTIAGO, 2013a, p. 260). Com o referido em mente, urge a emergência de discutir as rotas percorridas pelo discurso da formação, na medida que, à luz do mineiro (2013a), seu sentido é, por excelência, agônico no embate entre, da nossa perspectiva, um pensamento próprio e a importação irrestrita e viciante do alheio desprovida de

problematizações assentadas nas diferenças coloniais enquanto cerne dos “problemas sociais” deste lado da fronteira.

Na contracorrente do descortinado por Silviano, Candido (2017) assegura que o momento decisivo a partir do qual as “manifestações literárias” adquiriram “características orgânicas de um sistema literário” se deve a três esferas principais “de gosto e pensamento” que são: o Neoclassicismo, a Ilustração e o Arcadismo. Nessa leitura, ainda que possam se misturar em predominâncias mutáveis entre si é, de fato, sua reunião que se sustenta enquanto caracterização do período a depender do autor ou da obra em destaque. Arregimentando-nos na pluriversalidade do pensamento próprio em detrimento à óptica do mestre, destacamos a proeminência, na *Formação* (2017), do aspecto filosófico a partir do qual se fundem racionalismo e empirismo nas letras em justaposição ao pendor didático e ético de empenhar à última potência a propagação das Luzes nestes espaços fronteiriços, isto é, o paradigma germânico à última potência. Ademais, perfila-se a defensiva implacável em torno de uma “estética da imitação” a partir da qual seríamos, sempre, dependentes em uma busca automutiladora pelos universais abstratos.

Automutiladora na medida que os ideais formativos de Candido não nos libertam, em nenhuma medida, da suposta “dívida” placentária com a metrópole; pelo contrário, situa-nos no lugar de cópias sempre a serviço das imitações puras e simples como é o caso do Arcadismo brasileiro. Em um preciso sentido, se Candido (2017) opta por eleger o Arcadismo enquanto a consciência de integração e ajustamento a uma ordem natural, social e literária decorrendo a citada “estética da imitação” a partir da qual se reproduziam formas naturais concebidas e recriadas pelos bons autores da Antiguidade clássica e seguidas pelos escritores modernos, a isso, só podemos oferecer desobediência e desprendimento no que compete à defensiva irrestrita pela perspectiva de um pensamento próprio, *outro*, de matiz fronteiriço erigido destas periferias deserddadas. De acordo com o mestre:

‘O poeta, que não seguir os antigos, perderá de todo o norte, e não poderá jamais alcançar aquela força, energia e majestade, com que nos retratam o formoso e angélico semblante da natureza’. Imitar Virgílio é não apenas participar, por exemplo, na ordem de valores criados por ele, mas também assegurar um instrumento literário já verificado no trabalho da criação. A conformidade com o modelo é o orgulho do escritor neoclássico, a quem pareceria estulta a presença de originalidade dos românticos e pós-românticos porque para ele ‘só a aprovação da posteridade é capaz de estabelecer o verdadeiro mérito das obras’, e por isso ‘se a antiguidade de um escritor não é título certo de seu mérito [...] a antiga e constante admiração havida sempre por suas obras é prova segura e infalível de que elas podem ser admiradas.’ (GARÇÃO *apud* CANDIDO, 2017, p. 53, grifos nossos).

Se, para Candido, *o poeta que não seguir os antigos, a conformidade com o modelo e a imitação literária perderá seu norte*, escolhemos, então, situarmos mais ao Sul o quanto for possível de sua leitura empenhada pelo espírito do Ocidente. Segundo seus próprios dizeres em torno do contexto desenhado pelo fragmento apostro, “[...] Mais do que nunca, é o tempo da psicologia do adulto, branco, civilizado e normal – à qual se procura reduzir a do próprio primitivo, do homem em estado de natureza, que era o padrão.” (CANDIDO, 2017, p. 55), e, ainda, não se descia aos subterrâneos da terra, logo, também não poderia se abaixar aos do espírito. Em suma, a instância final que daria o tom da imitação por parte dos árcades em detrimento ao Ocidente seria a proposta mimética de Aristóteles a fim de *representar as coisas conforme as ideias universais, ou melhor, a formação de uma ideia universal através da soma de ideias particulares* (CANDIDO, 2017). Ou seja, angaria-se pensar o que é local, próprio e cotidiano pela via do mais alheio e equidistante possível, não se volta os olhos para as fronteiras, margens e periferias do próprio Brasil, mas, sim, uma escolha em assumir e internalizar algo que pouco diz sobre nós mesmos, uma vez que a condição daquele momento, para Candido, era *de valorizar a rusticidade admiravelmente à situação do intelectual de cultura europeia num país semibárbaro, dando-lhe a possibilidade de, alguma forma, justificar seu papel*.

Isto é, não há quaisquer potenciais epistêmicos, artísticos, literários ou culturais no que o Brasil poderia fornecer por si mesmo em tal contexto, quase como se, na referida visada, os intelectuais/escritores precisassem obrigatoriamente se munir de uma cultura que não a sua para poder, assim,

“escrever melhor” a incursão das suas sensibilidades e localidades entrecortados por um viés conceitual de representação advindo lá da Antiguidade da Grécia Antiga. Não há, portanto, vislumbres de pensamentos próprios ou mesmo a tentativa de fazer valer a presença dos povos originários por aqui, visto que as ideias itineradas e hospedadas vêm aparelhando nossas mentes há séculos ininterruptamente como se, de nós mesmos, nada pudesse ser aproveitado. Delineia-se, em tal âmbito, um embate travado entre *civilização e primitivismo empenhado pela adoção de personalidades poéticas rústicas embebidas das tradições clássicas a fim de exprimir contrastes culturais que*, como defende Candido (2017), *valorizaram ao mesmo tempo os componentes locais e os cânones da Europa sua matriz e forma de civilização as quais o "intelectual brasileiro pertencia" e, mais, "desejava incorporar à vida espiritual do país".*

Com as elocubrações tanto de Silviano quanto de Candido em sobressalto, Kusch (2000a), no que empreende o pensamento próprio, é salutar quando apregoa que esse pensar europeu, corroborado pelo nosso mestre formativo, sempre esteve vinculado a um estilo de vida deslindando, como a filosofia, a arte e a religião, um mesmo grau de receptividade. É necessário, antes de tudo, assumir um posicionamento *outro*, de base fronteiriça, que assegure uma *margem de distorção cuja aplicabilidade poucos são capazes de alcançar* (SANTIAGO, 1982, p. 17) ou mesmo desejam fazê-lo. Para ir ao cerne da questão, Kusch (2000a) expõe a impossibilidade, por exemplo, de resgate dos pensamentos próprios latino-americanos, incas, originários, indígenas, afro-brasileiros, populares etc. com base em atitudes filosóficas aportadas, por excelência, em tradições itineradas dos centros metropolitanos para as bordas fronteiriças.

Isso porque, quer queira quer não, nossos estilos de vidas e cotidianos são, em absoluto, diferenciais aos experienciados em *loci* geoistóricos e epistêmicos da interioridade ocidental sendo, então, incongruente os traduzir com base em *práxis* modernas/coloniais que, sobre nós situados no Sul global, nada dizem ou pouco contribuem na tentativa de superação das diferenças

coloniais que entrecortam nossos corpos, mentes, saberes, literaturas, artes etc. Do contrário, *acabaria por se repetir na cátedra* (KUSCH, 2000a) o si-mesmo da interioridade não emergindo dali nada que tão somente outras versões traduzidas, copiadas e imitadas, de algum modo, como muito se fez em torno do paradigma formação *bildung*. Enquanto pensamento próprio, forjado no seio da desobediência e do desprendimento epistêmicos, urgem formas *outras* de escre(vi)ver que não aquelas *enredadas nos termos empregados por investigadores dos centros tentando superar seus próprios preconceitos epistemológicos* (KUSCH, 2000a, p. 264).

Indo além do argumento citado, não há no Brasil *um estilo uniforme de vida* (KUSCH, 2000a, p. 265), passível de ser homogeneizado e, ademais, universalizado ao dito “real Ocidente”, bem como não há uma forma única de se produzir e pensar literário, epistêmico e culturalmente, a pluriversalidade se esparrama através das estruturas continentais e fronteiras invisíveis destes trópicos nas muitas gentes que aqui habitam e sobrevivem em luta há séculos. Cada um, embebido de suas formas próprias de pensar e escre(vi)ver, *jogam com estilos de vidas impermeáveis quando, por exemplo, os povos indígenas detêm suas cosmologias apostas em pensamentos de antiguidades milenares* (KUSCH, 2000a, p. 265) e, por outro lado, grande parte dos brancos estão embebidos em importações viciantes de tudo o quanto for possível suprimir, copiar, imitar ou (tentar se) integrar aos grandes centros mundiais em diversos âmbitos de pensamento. É posto, para Kusch (2000a), que se a Europa concretou seu pensar, sua filosofia, é devido ao fato de que desde a Idade Média, mesmo que com sua diversidade interna, acabou por constituir um corpo social relativamente homogêneo – à diferença da América e, não obstante, do Brasil.

No chancelar da formação, um viés descolonial em perspectiva do pensamento próprio só pode se calcar em *formas outras de pensamento que possam transcender as diferenças coloniais se construindo a partir das fronteiras das cosmologias em conflito, esse, por sua vez, decorrido da colonialidade do poder estruturante do mundo moderno/colonial* (WALSH, 2019, p. 06). Isso em

mente, faz-se incoerente, da nossa visada teórica, defender o pressuposto de uma *Formação da literatura brasileira*, como a de Candido, quando seus postulados ignoram *os pensamentos alternativos produzidos há séculos pelos movimentos indígenas, quando não se volta à classificação étnico-racial do Brasil, à sua dominação estrutural e, em maior grau, às possibilidades de descolonização* (WALSH, 2019, p. 10). De maneira consciente ou não, o que pouco interfere em nossas problematizações, as defensivas do mestre maior não suscitam *práticas políticas como contrarresposta à hegemonia geo-política do conhecimento tampouco denotam formas outras de conhecimento à luz da premissa implicada nas diferenças coloniais* (WALSH, 2019, p. 10), ali, não há um Brasil diferente, pluriversal em sua totalidade, mas quase que unicamente o país dos centros, do si-mesmo, dotado de suas *belles lettres* desejantes em ser considerado como parte “real” e “integrante” do Ocidente moderno/colonial.

À diferença do que Candido forja em sua *Formação*, Catherine Walsh (2019) nos é salutar para corroborar o intento de que os indígenas e afro-brasileiros sempre tiveram muito a oferecer em termos de geo-políticas do conhecimento e, mais ainda, da colonialidade do poder renitente neste país verde-amarelo. Respaldados em tal intento, ainda que sejamos conscientes do avanço crítico que Silviano estabelece em relação ao nosso mestre, é posto, da nossa epistemologia *outra*, que ambos, ressaltadas suas diferenças, não dão conta de resolver tais indagações em torno dos processos formativos quando contrapostos ao ideário de um pensamento próprio. E pelo “simples” motivo de que não conseguem se desprender das amarras circunscritas nas *práxis* modernas de pensamento, estando, portanto, o pensamento próprio, em suas especificidades pluriversais, escamoteado. Dessa maneira, parece-nos que, na baliza dos referidos intelectuais, não existiam modelos *outros* de pensamento que aqueles imitativos em detrimento aos centros ou, em alguma medida, advindo do ranço pós-moderno desconstrutor ou foucaultiano.

É nevrálgico ressaltar, então, que mesmo Silviano nos auxilie nesta teorização, seu juízo não nos é suficiente por não se dispende, de fato, a um

pensamento de insígnia fronteiriça erigido dos deserdados da modernidade pelos projetos coloniais. Há, sim, uma abertura pós-colonial em seu modo de teorizar e escre(vi)ver, contudo, para uma perspectiva descolonial, não basta, uma vez que, ainda assim, barganha com os ideários apostos em paradigmas e estruturas do Ocidente em sua interioridade hegemônica. Não rivalizamos com nossa opção crítica e de vida, ainda que, para defendê-la, precisemos, ora mais ora menos, distanciar-nos dos mestres aqui presentificados. Com tal ressalva em mente, retornamos ao exercício comparatista entre Silviano e Candido. Para o mineiro (2013b), urge descondicionar e desestabilizar o saber eurocêntrico do mundo levando o sujeito a reconsiderar as antigas coordenadas históricas, sociais e econômicas com base nas experiências pós-coloniais do Sul, exemplificando isso à luz do quadro “América Invertida” de Joaquín Torres-García; o mestre, em sua *Formação*, opta, no entanto, pela *constituição da literatura no crivo da sua incorporação à cultura do Ocidente* (CANDIDO, 2017, p. 70).

Leva-se a cabo em Silviano a defensiva pela inversão da América do Sul com o intuito de termos *uma ideia mais justa da nossa posição e não aquela que nos disseram o resto do mundo* (TORRES-GARCÍA *apud* SANTIAGO, 2013b, p. 249), ou seja, um posicionamento diversal ao *etnocêntrico que nos apregooou a insígnia de ultrapassados sub judice à condição de cópia tardia e servil dos modelos advindos das metrópoles alimentada pelo princípio fundamental da pureza original* (SANTIAGO, 2013b, p. 249). Em um sentido contrário, Candido (2017), no que compreende o espectro do Arcadismo, assegura que apenas quando formalismo (imitativo dos modelos clássicos) e sentimentalismo (em tornos dos ditos preceitos locais) se equilibraram com harmonia que foi possível entrever “excepcional beleza” constituindo “o melhor” da contribuição de Basílio da Gama, Silvia Alvarenga e Gonzaga. Em suma, “A sua maior qualidade [do Arcadismo], nos bons momentos, foi assegurar uma tonalidade universal e artisticamente elaborada à expressão literária.” (CANDIDO, 2017, p. 70) e, ainda, “No caso do Brasil – mero apêndice da Metrópole – é necessário assinalar qual o

significado e a influência das tendências arcádicas [...] que engloba Classicismo e Ilustração.” (CANDIDO, 2017, p. 70).

Assentado nessa percepção, o mestre (2017) assevera que quatro temas presidiram à formação da literatura brasileira enquanto “sistema” entre 1750 e 1880, são eles: a correlação íntima com a elaboração de uma consciência nacional, o conhecimento da realidade local, a valorização das populações aborígenes e o desejo de contribuir para o progresso do país, diga-se, incorporação aos padrões europeus. A poesia, nesse contexto, seria *o veículo de sentimentos e ideias na coletividade dos homens cultos* (CANDIDO, 2017, p. 71), esses, muitas vezes, conforme aponta (2017), “censurados” pela não-libertação das quinquilharias greco-romanas. Da sua óptica (2017), tal “quinquilharia”, no Brasil, foi excelente e proveitoso favor de integração cultural ao “estreitar” com a cultura do Ocidente a nossa comunhão de coloniais mestiçados pela aventura de plasmar nos trópicos uma sociedade em moldes europeus. Através desse intento, “O tempo era da literatura universalista, orientada para o que de mais geral houvesse no homem.” (CANDIDO, 2017, p. 73), ademais, “[...] os escritores asseguravam universalidade às manifestações intelectuais da Colônia, vazando-as na linguagem comum de cultura europeia. E com isto realizavam o mais profundo dos brasileiros instruídos.” (CANDIDO, 2017, p. 73).

Da nossa perspectiva *outra*, aportada no corolário descolonial de um pensamento próprio, compreendemos que as aferições do mestre se dão através de um desejo de integração, mas, em qual medida? Com base no apagamento das especificidades pluriversais dos deserdados quase como se não pudessem pensar por si mesmos quando justapostos aos ditos “homens civilizados”? Para nós, à luz do que foi obscurecido pelo projeto da modernidade/colonialidade, a literatura brasileira, para Candido, nasce a partir da exigência de imitar a Antiguidade Clássica do dito “Velho Mundo”, ou seja, só nos tornamos “sistema literário” quando nos predispomos à imitação, à cópia, à reprodução incessante replicando uma falácia hegemônica de que, destes lados tropicais, nada houvesse de contribuição genuína para nenhuma forma de produção artístico-literária.

Na chave do que suscita a escritora indígena Márcia Wayna Kambeba (2018), a literatura nas vidas dos povos indígenas sempre se fez presente; a princípio, através das rodas de conversas abaixo das árvores durante o cair da noite quando os mais velhos se revezavam em contar narrativas próprias às suas cosmologias *outras* aos mais jovens transpassando seus legados históricos às novas gerações. No bojo de tais histórias, evocavam figuras lendárias, como o curupira, o boto e a Matinta enquanto presentificavam o emblema das cosmogonias dos seus povos, suas lutas e resistências estando, portanto, o narrador no centro de tudo em suas práticas peculiares de informações expressivas. Segundo Kambeba (2018), não se pode criar tais narradores ou contadores de histórias das aldeias, pois já nascem sabendo narrar e, mais ainda, aprenderam com seus antepassados e com as experiências de conhecimento das florestas. No entanto, questiona: onde está a maior parte dessas literaturas? E responde: nas aldeias, nos cadernos de anotações guardados, nas práticas orais dessas comunidades (KAMBEBA, 2018) que, à maneira que problematizamos sobremaneira no bojo de Candido, não encontram visibilidade alguma no âmbito do pensamento brasileiro nacional.

A referida autora (2018) assevera ainda que os escritos indígenas existem para deixar aos jovens uma continuidade dos seus legados, para lembrar que suas culturas são um tesouro que não se pode roubar ou mesmo perder, existem para que se sintam responsáveis por seus territórios sagrados e que esses, por sua vez, encontram-se em si e não fora, no que diz respeito ao espaço físico vivido em contínuo estado de habitar a fronteira em luta. Em um preciso sentido no que conclama a premissa do pensamento próprio, dá-se *uma construção a partir desses lugares políticos de enunciação, não apenas do movimento indígena, mas dos grupos subalternizados, um pensamento que contrasta, através das diferenças coloniais, com a lógica e significação dos que sustentam os interesses hegemônicos* (WALSH, 2019, p. 20). Em outras palavras, o pensamento próprio convoca não apenas um discurso, mas uma *lógica construída a partir da particularidade da diferença colonial enquanto consequência da*

passada e presente subordinação dos povos, linguagens e conhecimentos (WALSH, 2019, p. 15). Dessa forma, ainda no âmbito dos conhecimentos indígenas, o escritor Tiago Hakiy afirma:

O contador de histórias sempre ocupou um papel primordial dentro do povo, era centro das atenções, ele era o portador do conhecimento, e cabia a ele a missão de transmitir às novas gerações o legado cultural dos seus ancestrais. *Foi desta forma que parte do conhecimento dos nossos antepassados chegou até nós, mostrando-nos um caleidoscópio ímpar, fortalecendo em nós o sentido de ser indígena. [...] Esta literatura tem contornos de oralidade, com ritos de grafismos e sons de floresta, que tem em suas entrelinhas um sentido de ancestralidade, que encontrou nas palavras escritas, transpostas em livros, não só um meio para sua perpetuação, mas também para servir de mecanismo para que os não indígenas conheçam um pouco mais da riqueza cultural dos povos originários.* (HAKIY, 2018, p. 38, grifos nossos)

Na seara do que descortina o excerto de Hakiy, só conseguimos conceber o quanto de experiências e potenciais literário-culturais Sul-Sul a *Formação* de Candido, em seu paradigma importado, desperdiçou ao se aportar nas necessidades e nos desejos dos *intelectuais letrados de cultura europeia num país semibárbaro* (CANDIDO, 2017, p. 64) *na empreitada de seguir os antigos do Velho Mundo em conformidade com o modelo e a imitação literária* (GARÇÃO *apud* CANDIDO, 2017, p. 53). Frente a isso, interrogamo-nos: será que uma literatura com *contornos de oralidade, ritos de grafismos e sons de floresta com entrelinhas de ancestralidade* (HAKIY, 2018, p. 38) não tinham quaisquer potenciais para influenciar a formação artístico-literária do Brasil? E, mais, seria ela tão desprovida de *excepcional beleza sem formalismos e sentimentalismos*, nos critérios hegemônicos de Candido (2017, p. 70), que foi sequer considerada “manifestação” como o Barroco de Gregório de Matos? E, enfim, como se cotejar a ideia de um pensamento próprio neste lócus ao Sul, por excelência, quando o mestre de todos nós acaba por sequestrar totalmente a presença dos povos originários aqui desde os primórdios?

Rivalizamos com o naturalizado pelos saberes modernos/coloniais universitários deste país, sobretudo, quando aprendemos com Kusch (2000a) a reconhecer nosso papel como classe média intelectual de, inclusive, reger o pensamento do nosso país, ainda que possuamos a compreensão de que não

temos a real liberdade de, facilmente, assumir qualquer maneira de pensar; tomamos para nós, sem embargo, a missão *outra*, intelectual e de vida, de maneira desobediente e desprendida. Na contracorrente, em maior medida, de Candido e, em menor, de Silviano, *tematizamos o sentir profundo das pluriversalidades dos deserdados brasileiros ao me desprender de especificidades alheias que sobre nós pouco dizem excedendo as barreiras e pensando a partir das margens das categorias econômicas, civilizatórias ou mesmo culturais* (KUSCH, 2000a, p. 272). Voltando-nos ao corolário defendido por Silviano (1982) no âmbito dos indígenas e a experiência da colonização, opera-se um movimento narcísico em que “o outro” acaba por ser assimilado à imagem refletida do conquistador, em linhas gerais, o originário se torna “o outro” europeu, ou, nos dizeres descoloniais, a exterioridade enquanto o afora da interioridade moderna/colonial.

Segundo o mineiro, “Quanto mais diferente o índio, menos civilizado; quanto menos civilizado, mais nega o narciso europeu; quanto mais nega o narciso europeu, mais exigente e premente a força para torná-lo imagem semelhante [...]” (SANTIAGO, 1982, p. 16) e, assim, “[...] quanto mais semelhante menor a sua força da sua própria alteridade. Eis como se desenrola a ocupação. *Eis como a se cria a ‘inteligência’ no Brasil.*” (SANTIAGO, 1982, p. 16). Frente à percepção descortinada pelo mineiro, como conjecturar a *Formação* literária defendida por Candido senão em perspectiva crítica da “inteligência brasileira” de Silviano? Para nós, é impossível não considerar a produção literária como um ato provido pela “inteligência”; logo, o campo semântico que se mostra aos olhos é, não menos, que o da ficção do narciso europeu direcionada ao indígena originário. Nessa lógica, um *possui História ao passo que o outro apenas estórias imitadas, ficções para os ocupados, processo esse que instituiu a classe dominante como detentora do discurso cultural que, ao assimilar “os outros”, recalcou hierarquicamente os valores autóctones e negros que, com ela, entraram em embate* (SANTIAGO, 1982, p. 17).

Na chave de tal entendimento, para Silviano, “No Brasil, o problema do índio e do negro, antes de ser questão de silêncio, é a hierarquização de valores.” (SANTIAGO, 1982, p. 17) ou, ainda, “Somos explicados e destruídos; somos constituídos, mas já não somos explicados.” (SANTIAGO, 1982, p. 17). Ou seja, formação e inteligência brasileiras, nessa lógica, dão-se a partir dos seguintes construtos: uniformização + assimilação + imposição de uma única cultura tornada oficial + recalque e hierarquização de valores daqueles tornados “outros”. Diante do exposto, o próprio Silviano (1982) deslinda determinadas questões, em absoluto, preponderantes para este debate em especial: como “explicar” nossa constituição? Como refletir sobre a nossa “inteligência”? Soma-se, ainda, como pensar nossa “formação artístico-literária” à luz de tais problemáticas? *Nenhum discurso disciplinar poderá responder a tais demandas sozinho, uma vez que pela História “universal”, somos explicados e destruídos porque vivemos uma ficção desde que nos fizeram da História europeia a nossa estória nacional* (SANTIAGO, 1982, p. 18).

A saída crítica, para ele (1982), encontra-se no entre-lugar do discurso latino-americano enquanto, para nós, na descolonização das geo-políticas do conhecimento, sobretudo, no que circunscreve o campo desobediente e desprezado do pensamento próprio daqueles deserdados do projeto da modernidade/colonialidade. Urge, então, *a necessidade de questionarmos essas “integrações históricas” para que nos afastemos das condições ficcionais impostas como determinantes do nosso passado e, não obstante, desaparecimento futuro* (SANTIAGO, 1982, p. 18). Com isso em mente, ainda que Candido intente apregoar um sentido histórico à sua *Formação*, da nossa vertente Sul-Sul, esse é sobreposto, através da importação de paradigma alheio imbuído de sua hegemonia interna, pela insígnia do estético quando, ao modo que descortinamos, suas preocupações se respaldam na internalização nacional de princípios ditos universais e dotados de *beleza em seus formalismos e sentimentalismos* (CANDIDO, 2017, p. 70), imitativos, por excelência, nos moldes da mimesis aristotélica. Enquanto, por outro lado, Silviano Santiago, ainda que

munido do pós-moderno desconstrutor, visa entrecortar suas reflexões por campos plurais de bases *histórico-antropológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais no sentido mais amplo a fim de compreender a necessidade de o intelectual latino-americano se engastar no embate com disciplinas providas pelo pensamento europeu* (SANTIAGO, 1982, p. 19), endossado à exaustão pelo mestre em sua busca pelo *espírito do Ocidente, procurando, novamente, uma nova morada nesta parte do mundo* (CANDIDO, 2017, p. 12).

Há, então, um horizonte diferencial nas leituras efetuadas pelo mineiro (1982) que, para nós, faz-se ausente na *Formação* de Candido, naturalizada pelas universidades, isto é, as violentas taxas de etnocentrismo apostas no cerne das disciplinas europeias quando colocadas no lugar de se autoproclamarem o “direito” de “produção do outro”, a exemplo dos indígenas e afro-brasileiros, invalidando, dessa forma, os rigores críticos dos raciocínios. Nesse preciso sentindo, o mestre (2017) opta por aferir à definição de nossa literatura o caráter de “eminentemente interessada” estando, de alguma maneira, direcionada à construção de uma pretendida “cultura válida para o país”. Face ao exposto, perguntamos: interessada em quê? A partir de quais critérios? O que seria uma “cultura válida para o país”? Em qual medida é do “interesse” dessa “cultura válida para o país” as presenças e produções indígenas e afro-brasileiras imbuídas de seus pensamentos próprios? Tais apontamentos, por óbvio, são apenas recursos retóricos, no entanto, colaboram com esta argumentação descolonial na medida que, agora, transcorremos nosso discurso dos ideários aportados no Arcadismo para o Romantismo e, por consequência, para a chancela da Independência do Brasil “ocorrida” em 1822. Segundo a *Formação* aponta:

O que escreveram corresponde em boa parte ao que os estrangeiros esperam da literatura brasileira, isto é, um certo exotismo que refresca o ramerrão dos velhos temas. Os velhos temas são os problemas fundamentais do homem, que eles preferem considerar privilégio das velhas literaturas. É como dizer que devemos exportar café, cacau ou borracha, deixando a indústria para quem a originou historicamente. E o mais picante é que os atuais nacionalistas literários acabam a contragosto nesta mesma canoa furada, sempre que levam a tese particularista às consequências finais. [...] *Quero me referir à definição da nossa literatura como eminentemente interessada. Não quero dizer que seja 'social', nem que deseje tomar partido ideologicamente. Mas*

apenas que é toda voltada, no intuito dos escritores ou na opinião dos críticos, para a construção duma cultura válida no país. Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional. Os árcades, sobretudo Cláudio Manuel, Durão, Basílio da Gama, Silva Alvarenga, tinham a noção mais ou menos definida de que ilustravam o país produzindo literatura; e, de outro lado, levavam à Europa a sua mensagem. Não é um julgamento de valor que estabeleço, mas uma verificação dos fatos. Mesmo porque acho que esta participação foi frequentemente um empecilho, do ponto de vista estético, tanto quanto foi, noutros casos, uma inestimável vantagem. (CANDIDO, 2017, p. 19-20, grifos nossos)

A partir do exposto pelo fragmento de Candido, mostra-se às vistas que, no tangível aos nossos processos formativos, havia um ponto conflitante entre a percepção crítica atrelada aos escritores árcades e, por outro lado, aos românticos. Assim, aos primeiros, existia um posicionamento literário respaldado na imitação dos modelos greco-romanos pela baliza da representação pseudo-universalista mimética aristotélica a todo custo, ao passo que, para os segundos, a preocupação estava assentada menos em critérios estéticos e mais na tentativa de construir uma dita “identidade nacional” embebida das particularidades locais deste Brasil – ainda que atravessados pela exotização à última instância dos povos indígenas originários, a exemplo de *Iracema* (1865) do autor José de Alencar. Nesse preciso sentido, o mestre (2017) acaba por, de algum modo, considerar tais românticos enquanto alienadores, escrevendo justamente aquilo que seria esperado pelos *loci* estrangeiros centralizados, imbuídos de teses particularistas levadas às últimas instâncias. Ademais, assegura o viés “eminentemente interessado” desta nossa literatura brasileira quando seu cerne estava voltado à tentativa de “construir uma cultura válida no país”, ou, ainda, inscrevendo-se “em um processo histórico de elaboração nacional”.

Dessa maneira, Candido afirma que tais tentativas, em alguma medida, foram um “empecilho” à óptica pautada no ponto de vista estético e, em outros momentos, uma “inestimável vantagem”. Para além do fragmento reproduzido, mas ainda no que compete à *Formação*, o intelectual (2017) resente o fato de que os escritores tiveram seus “voos imaginativos” tolhidos pela necessidade pós-colonial empenhada à formulação de uma literatura brasileira nacional com coloração própria, pois, ao fazê-lo, ficavam em débito com os critérios estéticos

pretendidos universais erigidos das metrópoles no arregimentar do *espírito ocidental* (CANDIDO, 2017) a partir do qual nossa *literatura seria, então, pobre e fraca* (CANDIDO *apud* SANTIAGO, 2020, p. 31). Em torno do caráter “empenhado” de nossa literatura, “[...] poucas têm sido tão conscientes de sua função histórica, em um sentido amplo. Os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova [...]” (CANDIDO, 2017, p. 28) de que “[...] os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus, e mesmo quando procuram exprimir uma realidade puramente individual, segundo os moldes universalistas do momento, estão visando este aspecto.” (CANDIDO, 2017, p. 28).

Diante disso, é escusado afirmar nossas potencialidades artístico-literárias de pensarmos e produzirmos por nós mesmos, caminharmos com nossas próprias pernas e em torno das reais problemáticas que, há séculos, são renitentes nestes trópicos verde-amarelos. Em um preciso sentido, *podemos e devemos pensar enquanto não-europeus* (GIULIANO, 2018), *invertendo o mapa da América do Sul pari passu à subversão daquilo tudo que nos foi imposto* (TORRES-GARCÍA *apud* SANTIAGO, 2013b, p. 249); no entanto, através das citações transcritas de Candido, parece-me que nunca conseguimos, de fato, libertarmo-nos da presença dos universalismos abstratos, posto que tal ensejo prefigura, em nós ex-colonos, quase que um fim desejante de tudo e qualquer coisa que se produza neste lócus. Como contrarresposta a isso, só podemos nos munir do pós-abissal delineado por Boaventura de Sousa Santos *apud* MENSES; SANTOS, 2010, p. 15) quando defende *aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul, aprender a partir do Sul e com o Sul* irrompendo, portanto, uma cisão na busca automutiladora e aos sequestros perpetrados pelos, nas palavras de Candido (2017), “moldes universalistas” dos saberes e das literaturas.

No pluriverso ao tensionado, o pensamento próprio apostado nesta discussão é, como condição *sine qua non*, aquele emergido *a partir dos* deserdados do projeto da modernidade/colonialidade pelo entrecortar de nossas sensibilidades biográficas e geoistóricas enquanto exterioridades, por excelência, das

metrópoles centralizadas. Por esse viés, concebemos que tal percepção teórica nos auxilia a desencobrir muito do que ficou escamoteado, escondido, apagado e invisibilizado neste Brasil enquanto premissa basilar e problematizadora de nossos lugares epistêmicos de, na maior parte das vezes, estarmos voltados para o que mais nos é estrangeiro. Em um preciso sentido, o pensamento *outro* é aquele que corre, obrigatoriamente, por fora, pela borda e pelas zonas fronteiriças da matriz colonial de poder; então, tal debate só poderia ser pensada através dele resgatando o que foi recalcado pelo pensamento crítico brasileiro, seja por Silviano ou, em maior instância, por Antonio Candido. Mesmo que o mestre apregoe um significado *desejante de construção de uma literatura nacional consciente de sua função histórica* (CANDIDO, 2017, p. 28), para uma perspectiva descolonial, isso não basta, pois no afora do conceito de formação estão congregados muitos dos já excluídos pelos processos colonizatórios e imperiais.

Tal como Kusch (2000a) aponta, viemos, ininterruptamente, apenas administrado conhecimentos europeus de forma como se tais saberes fossem, aquilatados em suas próprias diversidades internas, pertencentes à uma épica generalista e homogênea da humanidade sem quaisquer equilíbrios com seus aforas. Quanto a esses saberes da interioridade, pouco temos a ver, apenas os utilizamos e reproduzimos, muitas das vezes sem considerar que escre(vi)vemos *a partir de um lócus afro-indígena transmutado em passivo, retrógrado e fonte de tiranos com grupos sociais indesejáveis em justaposição a epistemologias tornadas ficcionalmente universais, evadidas de seu continente geográfico e epistêmico* (KUSCH, 2000a, p. 521). Suscitado pelo descortinar de Kusch (2000a), embebido da construção crítica do pensamento próprio, incorremos na despersonalização decorrida pelos saberes puramente racionais e estéticos cujo espectro latente temos o dever de combatermos nos voltando aos nossos fundos pessoais de pensamento. A isso, alia-se o *estar do pensamento próprio*, ao invés do ser, *em um re-fazer cultural ocidental em torno do que foi segregado na vida*

cotidiana nestas zonas liminares onde confluem pensares antigos indígenas e aqueles ocidentais fragmentados e hospedados (KUSCH, 2000a, p. 472).

Com a pluriversalidade do pensamento próprio em questão, sobremaneira, quando justaposta aos universalismos abstratos endossados pela *Formação*, Candido (2017) destaca que, no período pós-Independência, o pendor da sobreposição particularista se acentua em detrimento aos vieses estéticos aos escritores considerarem suas atividades literárias enquanto partes integrantes do esforço em prol da construção de um Brasil livre. Leva-se a cabo, então, a tentativa de cumprimento de um programa visando a diferenciação e a particularização de temas afins às descrições dos espaços que, conforme o mestre (2017) defende, exprimiam encarnações literárias do espírito nacional *pari passu* à redundância dos autores prejudicados e desnorteados no que dizia respeito às empreitadas, em eminência, estéticas. *Grosso modo*, “[...] a ponto de sermos obrigados, para acompanhar até os limites as suas manifestações, a abandonar o terreno específico das belas-letras.” (CANDIDO, 2017, p. 28) e, não obstante, assevera que “[...] os escritores se sentiram frequentemente tolhidos no voo, prejudicados no exercício da fantasia pelo peso do sentimento de missão, que acarretava a obrigação tácita de escrever a realidade imediata [...]” (CANDIDO, 2017, p. 28). Destacamos, portanto, o ponto fulcral de preocupação do intelectual, isto é, o quanto se “perdeu” de estético das *belles lettres* quando, no pós-Independência, urgia-se a necessidade de se pensar um Brasil pretendido próprio e independente.

Pelo entrecortar do Romantismo e da Independência, Candido (2017) afere aos árcades neoclássicos as insígnias de “sistematização literária” em benefício das “concepções universais” atravessadas pelo “rigor da forma” e pela “contenção emocional” ao passo que os românticos seriam os “atrasados do meio” e permeados por sua “indisciplina romântica”. Ademais, a *Formação*, ainda que desprovida de quaisquer aferições críticas de base *outra* ou mesmo próprias desprendidas de uma matriz colonial de poder, afiança que os autores brasileiros possuem poucas gratuidades que viriam a dar asas às obras de arte estando, por

outro lado, aportadas na fidelidade documentária ou sentimental vinculada à experiência brutal. À luz dessa, recordamo-nos do descortinado por Kusch (2000a) quando discute o mapa do Peru feito por Guamán Poma, uma vez que, caso fosse pensando através das bases do pensamento moderno/colonial, poderia ser real, mas pouco teria de relação com o que os peruanos pensavam sobre seu próprio país. Seria, pois, *impessoal, elaborado pelo anonimato da ciência e aceito pelas maiorias esmagadoras das estatísticas* (KUSCH, 2000a, p. 266).

Semelhante é, portanto, o problematizado por Kusch a partir de Guamán Poma no Peru com o que tensionamos, na égide da *Formação* de Candido e, não menos, pelo entrecortar das reflexões de Silviano. Para além do já mencionado sequestro dos indígenas e afro-brasileiros nos nossos processos formativos, compreendemos que, na alcunha de um pensamento próprio, o mestre dispõe pouca relevância a quaisquer tentativas de construções literárias *outras* de um país independente, livre e que pudesse caminhar sozinho desprovido da sombra renitente da metrópole colonizatória e imperial. Ainda que os românticos escrevessem sob a pluma de critérios exotizados e estereotipados dos indígenas, havia, de algum modo, uma diminuta preocupação em torno dos povos indígenas, no entanto, a isso, Candido (2017) afere “imaturidade por vezes provinciana” dando à literatura “sentido histórico e excepcional poder comunicativo”, apenas.

Conforme apregoa o intelectual argentino (2000a), nestes trópicos, oscilamos entre francas subjetividades que nos afetam e atitudes científicas, por que não literárias nos termos da *Formação?*, cuja rigidez é esgrimida com o intento de encobrir cada um dos deserdados e excluídos que optam por não as canalizar. A fim e a cabo, *pensamos com base nas pressões que culturas importadas exercem sobre nossos foros internos e, mais ainda, na importância que tal foro influi sobre a elaboração de nossas culturas próprias cujo cerne é enviesado pela perpetuação e legalização de saberes importados* (KUSCH, 2000a, p. 266) – cultura no plural, dada a quase impossibilidade de pensá-la no singular

em termos de Brasil. Revestimo-nos, então, menos do *"real" detectado pela ciência e pelas belles lettres e muito mais pelas realidades que cada deserdado produz cotidianamente* (KUSCH, 2000a, p. 269).

Tal engaste epistêmico se trata, antes de qualquer coisa, *de um conhecimento de pessoas a priori a um conhecer das coisas* (KUSCH, 2000a, p. 281) que de muito longe vieram e que, conforme Candido (2017) ressoa, encontraram morada nesta parte do mundo. Permitimo-nos, à maneira da defensiva crítica de Kusch (2000a), conhecer sensibilidades e histórias locais *outras* nos abrindo para mundos específicos esquecidos angariando, ao mesmo tempo, possibilidades de construções pluriversais na contracorrente dos preconceitos alcunhados pelas elites científicas e literárias que escolhem desconsiderar os nossos reais problemas (KUSCH, 2000a). Com o exposto pelas percepções descoloniais arroladas, Silviano (2019), ao seu modo em torno do espectro romântico do século XIX, afirma que nos trópicos, à diferença da Europa, o Romantismo não foi uma abertura das fronteiras, mas, sim, encasulamento. Já em Candido, no mesmo contexto, tais tentativas de se construir um país livre deram margem ao que denomina de "nacionalismo infuso" (CANDIDO, 2017) a partir do qual contribuiu para a renúncia à imaginação e à incapacidade de aplicá-la à representação do real.

Em somatória, postula (CANDIDO, 2017) ainda que se decorreu um contexto literário onde coexistiam realismo e fantasia, documento e devaneio em uma mesma obra citando, como exemplo, os escritos de José de Alencar – autor evocado à frente com base nas reflexões de Silviano. Favorece-se, para a *Formação*, expressões de um conteúdo humano significado para os estados de espírito desta sociedade que, conforme arregimenta, "estruturava-se em bases modernas", lembremos da percepção do mestre em torno do Iluminismo por aqui já discutida. Logo, esse nacionalismo artístico "[...] não pode ser condenado ou louvado em abstrato, pois é fruto de condições históricas, – quase imposição nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia [...]" (CANDIDO, 2017, p. 28). Suscitado pelo

fragmento apostrofo, justapõem-se pontos como: *autoconsciência nos povos velhos ou novos que penetram no ciclo da civilização ocidental esposando, pós-Independência, suas formas de organização política requerendo setores da vida mental a partir dos quais se delineava um esforço de glorificação dos valores locais* (CANDIDO, 2017, p. 28). Contudo, mesmo que em alguma medida afira valorização positiva às *práxis* dos escritos românticos, Antonio Candido não se desprende tampouco desobedece à universalidade do Ocidente.

Ou melhor, reitera que tal prática “[...] compromete a universalidade da obra fixando-a no pitoresco e no material bruto da experiência, além de querê-la [...] empenhada, capaz de servir aos padrões do grupo.” (CANDIDO, 2017, p. 28). Frente ao conjecturado, questionamos: quais materiais brutos da experiência? Servindo aos padrões de quais grupos? Isso, pois, é ausente nas formulações do mestre as presenças de quaisquer deserddados e sequestrados pelos moldes modernos/coloniais em detrimento à supremacia universalista e homogênea dos princípios universais, esses, por sua vez, obrigados a serem imitados à última potência por estes tristes trópicos impossibilitados de formularem seus princípios formativos culturais-literários por si mesmos mesmo que entrecortados pelo espírito galgado pela Independência de 1822. Ignora-se, nessa visada, *quaisquer ensejos de rupturas epistêmicas, literárias ou culturais tendo por base o passado e presente experienciados enquanto realidades de dominação, exploração e marginalização que se constituem simultaneamente como consequência da modernidade e da colonialidade* (WALSH, 2019, p. 14). Se, para Candido, a modernidade foi uma benesse à racionalidade das *belle lettres*, para nós, que *aprendemos que existe o Sul, a irmos para o Sul, a partir do Sul e com o Sul* (SANTOS *apud* MENESES; SANTOS, 2010, p. 15), sua recorrência por aqui tem sido tão somente a transmutação de um processo imperialista a todo custo.

No que implica termos particulares, *a Formação* certifica que o intento universalista de que “Sempre que se particularizou, como manifestação afetiva e descrição local, adquiriu, para nós, a expressividade que estabelece comunicação

entre autores e leitores [...]” (CANDIDO, 2017, p. 29) essa, por sua vez, “[...] a qual a arte não passa de experimentação de recursos técnicos.” (CANDIDO, 2017, p. 29). O mestre (2017), então, tenta negociar os jogos entre forças universais e nacionais, técnicas e emocionais que acabaram por conjecturar as permanentes misturas entre as tradições europeias e as descobertas deste Brasil posto ao Sul. Quando apregoa caráter “interessado” à nossa literatura, Candido (2017) o faz mediante uma percepção enviesada de “brasilidade” com base na presença de elementos descritivos locais como traços diferenciais e critérios de valor desprovidos de tradições afro-brasileiras e indígenas enquanto, para nós, presenças incontestáveis em todo e qualquer discussão debruçada sobre o que é, de fato, o Brasil profundo, o quê e quem produz *a partir desse* espaço-tempo geoistórico e epistemológico engastado no arrabalde do Sul global.

Ainda no entorno do espectro romântico, o autor de a *Formação* assevera que a literatura brasileira, para seus agentes, “começou propriamente” pelo entrecortar das temáticas indianistas a partir das quais agiam como adolescentes mal seguros, negando a dívida paterna, em detrimento a Portugal, tendo em vista que, segundo o referido crítico, nossa literatura seria, não menos, que ramo da portuguesa. Ademais, angaria (CANDIDO, 2017) que poderia considerá-la independente desde Gregório de Matos ou após aos românticos Gonçalves Dias e José de Alencar, todavia, respalda sua óptica no plasmar do literário enquanto “fenômeno da civilização”, dos homens brancos e letrados, diga-se de passagem, e não como algo diverso ao produzido pela portuguesa. Em elementos precisos em torno dos contornos do Romantismo, nossa naturalizada *Formação* concede, então, aos românticos, o corolário de um nacionalismo crítico cujo valor aferido à obra seria muito mais dependente dos seus potenciais representativos do que, à revelia dos arcades, das quinquilharias greco-romanas. Diante de tal contexto, retoma à Época da Luzes ao defender que apenas com a vinda de d. João VI a estes trópicos que se convergiu a promoção e consolidação da Independência:

[...] foi todavia com a vinda de d. João VI que o Brasil conheceu realmente, embora em escala modesta, a sua Época das Luzes, como entrosamento da iniciativa governamental, do pragmatismo intelectual, da literatura aplicada, que finalmente convergiram na promoção e

consolidação da Independência. Se a poesia desse momento é de qualidade inferior, são excelentes o ensaio e o jornalismo, que, levando à consequência lógica as tendências didáticas da Ilustração, tomam o seu lugar no espírito dos melhores e contribuem para criar a atmosfera de cujo adensamento sairiam as iniciativas de independência literária. As tendências do século XVIII se coroam, entre nós, pelas obras de liberais como Hipólito da Costa, frei Caneca e Evaristo de Veiga, a cujo lado operam os 'realistas', os conservadores que trazem o elemento de freio, mas que, na perspectiva brasileira, são igualmente ilustrados, *conscientes dos problemas do país, voltados para a aplicação da inteligência ao progresso*. Como o seu paradigma, José Bonifácio, poderiam bradar: 'Eu também sou cristão e filantropo!'. Cristianismo, concebido como fraternidade, não clericalismo. filantropia, ou seja, *disposição de promover o bem dos homens pela razão*: eis o lema destes maçons com ou sem batina, que entregam ao jovem Pedro II e aos jovens românticos *as rédeas de uma cultura orientada pela razão, a verdade* e o culto da natureza. (CANDIDO, 2017, p. 69, grifos nossos)

Diante do debate empreendido pelo mestre em torno do par Romantismo/Independência e seus atravessamentos pelo Iluminismo, consciência em torno dos problemas do país, aplicação da inteligência e do progresso, disposição de promover o bem dos homens pela razão e, não obstante, o ideário de uma cultura orientada pela verdade, no singular, retomamos as reflexões de Silviano no que circunscreve o mesmo entorno histórico. Conforme mencionado à luz do mineiro (2019), a chave romântica por aqui se deu não pela abertura das fronteiras, e, sim, por um encasulamento político e literário, pelo menos no que diz respeito às aparências e à consciência do que se ensejava produzir. Corroborado por tal opção, desvela-se *o próprio tema do exílio sob forma conflitiva enquanto reforço por oposição aos instintos pátrios, quer dizer, do encurralamento* (SANTIAGO, 2019, p. 279). Nessa guisa, a literatura passa a ser mais do que nunca "[...] forma e expressão do nacionalismo nascente, e que dois dos principais temas do Romantismo europeu aportem e recebam as cores verde e amarela [...]" (SANTIAGO, 2019, p. 280), ou seja, "[...] a descrição da natureza e o indianismo. Basicamente, estes temas se desenvolvem na Europa e no Brasil de maneira semelhante, inclusive se originam das mesmas fontes; nos fins é que se distanciam." (SANTIAGO, 2019, p. 280).

Na baliza do pensamento próprio, podemos compreender que *a negação deixa de ser um fechamento para, então, tornar-se abertura* (KUSCH, 2000b, p. 571) às pluriversalidades que grassam das bordas, margens, periferias e fronteiras as quais foram deixadas de fora das prospecções literário-culturais formativas – por Candido em alguma medida e por Silviano em outra. Em um estrito sentido romântico, perfilam-se *processos de (re)conhecimento em que os artistas intentam se tornar conscientes dos limites pátrios, um desejo de observar, de maneira objetiva, aquilo que os cerca* (SANTIAGO, 2019, p. 280). Daí reside, então, a proeminência dos elementos indianistas e particularistas locais do Romantismo pós-Independência cujo estrato Candido acaba por aferir a insígnia de “imaturidade provinciana” (CANDIDO, 2017, p. 29) quando justapostos aos arcades em suas imitações à última potência.

Conforme Silviano (2019) evoca, descrever a natureza, para os românticos, seria o equivalente ao (re)conhecimento da paisagem tropical a qual estavam imersos ao passo que buscavam se aproximar mais ao solo que pisavam. *Pela objetividade representativa, tentaram aviar as cores já vivas exagerando o recurso pitoresco o que, ao contrário do suposto a priori, delinearam apenas exercícios estilísticos* (SANTIAGO, 2019). No chancelar de tal lógica, é posto, para nossa perspectiva do pensamento próprio, que não havia nem nos românticos, tampouco na leitura formativa de Candido, possibilidades pluriversais de se *gestar um conhecimento outro ou mesmo pensamento outro conscientes das eminências das diferenças coloniais em posição de exterioridade* (WALSH, 2019, p. 15). Ademais, à la ao ressoado por Walsh (2019), não se trabalhou para transgredir as fronteiras do que foi figurado como hegemônico, interior e/ou subalternizado em esferas políticas, sociais, culturais e literárias afins à descolonização das estruturas e dos paradigmas dominantes em sua pretendida padronização cultural responsável por aquilatar o conhecimento dito “universal” do Ocidente.

Pelo contrário, *exportou-se para a Europa o índio e o indianismo como matéria-prima retornando, para nós brasileiros, como formas de reações*

políticas, sociais e literárias contra Portugal e, ainda, tentando proporcionar um retorno às pretendidas "verdadeiras fontes" do Brasil (SANTIAGO, 2019, p. 282). Queremos dizer, na esteira de Silviano (2019), uma busca pelos sentimentos de "brasilidade", desprovida dos reais afro-brasileiros e indígenas, passível de nos tornar ímpar entre os pares; nesse contexto, *exotismo, para o viés romântico, retomaria uma bandeira sociopolítica apregoada ao nacionalismo enquanto afirmação final, à revelia da fuga romântica do europeu* (SANTIAGO, 2019, p. 283), posto que, para Candido, às ditas "Velhas Culturas" se fazia desnecessário tal ímpeto de construção nacional.

Pelo crivo da lógica corroborada, Silviano (2019) afirma que se daria a Independência política para, então, dar-se a literária. Contudo, no suscitar do pensamento próprio, interrogamos: a que custo? Realmente nos tornamos independentes em algum momento, sobretudo em um plasmar artístico-cultural, ou apenas experienciamos vislumbres de liberdade? Frente a isso, *não importava se tais índios seriam europeizados, como Iracema, o importante seria expressar uma ideia forjada de Brasil buscando produzir o "verdadeiro poema nacional, tal como imaginado"* (SANTIAGO, 2019, p. 283), construto esse, em absoluto, desprovido de quaisquer problematizações embasadas nas diferenças coloniais que entrecortam, desde sempre, nossos corpos e saberes, inclusive no que empreende, em maior medida, Candido, e ressaltadas suas diferenças, Silviano. A propósito da personagem *Iracema*, o mineiro (2019) pontua que mesmo sendo idealizada aos moldes dantescos como uma nova Beatriz dos trópicos ou mesmo figurada nas cantigas de amores medievais em suas idealizações, ainda assim, estaria em José de Alencar a proposta de escrever seu poema nacional à maneira que imaginava. Trata-se, no âmbito suscitado, *não de julgar os românticos, mas de compreendê-los se simpatizando com seus criadores* (SANTIAGO, 2019, p. 283).

Ao escre(vi)vermos pelo lado fronteiriço da matriz colonial de poder, a isso, só podemos oferecer desobediência e desprendimento em consonância à proposta do pensamento próprio em posição diferencial latente a Candido e a

Silviano. Se Afrânio Peixoto acaba por aferir à *Iracema* a insígnia de “[...] poema das origens brasileiras, noivado da Terra Virgem com seu Colonizador Branco, pacto de suas raças na abençoada Terra da América.” (PEIXOTO *apud* SANTIAGO, 2019, p. 281), novamente, elegemos a ancoragem pós-abissal de *aprender que o Sul existe, a ir para ele pensar a partir dele* (SANTOS *apud* MENESES; SANTOS, 2010, p. 15) sem recair nas armadilhas minadas dos processos formativos literários a partir dos quais nossos deserdados e sequestrados, não apenas pelo colonizadores aportados aqui no século XV, só podem existir se exotizados, estereotipados e sem quaisquer ressonâncias de suas próprias vozes. *Iracema* pode até ser o anagrama escondido de América, como Peixoto (*apud* SANTIAGO, 2019) afirma, entretanto, há muitos outros pontos concernentes aos povos indígenas deste Brasil que ficaram escondidos e apagados e que, até hoje, muito dos pensadores brasileiros continuam insistindo em ignorar quase como se suas presenças por aqui nada tivessem influído no corolário da formação de uma ideia de “brasilidade”.

Queremos entender, por fim, que nossa teorização própria *descortina conhecimentos e lugares outros a partir dos quais também se produzem saberes* (NOLASCO, 2021, p. 73), artes e literaturas, ainda que nossos processos formativos escolásticos, brancos, patriarcais, masculinizados, dos centros e embebidos de paradigmas modernos/coloniais não os reconheçam. Ao modo que Mignolo (*apud* NOLASCO, 2021) assegura, tais perspectivas descoloniais, na contracorrente das ópticas imperiais, não ensejam dominar nem humilhar, mas, sim, inspirar-se em suas próprias limitações e abertas ao que foi deserdado e sequestrado múltiplas vezes de modo ininterrupto. Com isso, estamos *tracejando caminhos de transformações e não pedindo por reconhecimento nem inclusão* (MIGNOLO *apud* WALSH, 2019, p. 25). O que defendemos é, não menos, *perspectivas outras circunscritas em ordens geo-políticas de produção dos saberes* (WALSH, 2019, p. 29) e, não obstante, dos nossos processos formativos literário-culturais, nada menos e sem quaisquer possibilidades de barganhas modernas/coloniais.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.

GIULIANO, Facundo (org.). *¿Podemos pensar los no-europeos?* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2018.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: CORREIA, Heloisa Helena Siqueira *et al.* *Literatura indígena contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 39-44.

KUSCH, Rodolfo. *El pensamiento indígena y popular en América*. In: KUSCH, Rodolfo. *Rodolfo Kusch: obras completas* tomo II. Rosario: Fundación A. Ross, 2000a. p. 255-546.

KUSCH, Rodolfo. *La negación en el pensamiento popular*. In: KUSCH, Rodolfo. *Rodolfo Kusch: obras completas* tomo II. Rosario: Fundación A. Ross, 2000b. p. 567-698.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-27.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistmica_mignolo.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MIGNOLO, Walter. Sí, podemos. In: GIULIANO, Facundo (org.). *¿Podemos pensar los no-europeos?* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2018. p. 131-173.

NOLASCO, Edgar César. Uma teorização em torno de um pensamento próprio para a crítica biográfica fronteiriça. *CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS: Fazendo – não-europeu*, Campo Grande, v. 2, n. 26, p. 67-92, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/17547>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SANTIAGO, Silviano. Apesar de dependente, universal. In: SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 13-24.

SANTIAGO, Silviano. Formação e inserção. In: SANTIAGO, Silviano. *Aos sábados pela manhã: sobre autores & livros*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013a. p. 259-262.

SANTIAGO, Silviano. Modos de inserção da América Latina. In: SANTIAGO, Silviano. *Aos sábados pela manhã: sobre autores & livros*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013b. p. 247-250.

SANTIAGO, Silviano. Alegoria e palavra em *Iracema*. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Recife: Cepe, 2019. p. 279-298.

SANTIAGO, Silviano. A literatura brasileira da perspectiva pós-colonial – um depoimento. In: MEDEIROS, Pedro Henrique Alves de; NOLASCO, Edgar César (org.). *Um livro para Silviano Santiago: entre-lugares críticos e literários*. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 31-51.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e descolonialidade do poder e posicionamento 'outro' a partir da diferença colonial. *Revista da Faculdade de Direito de Pelotas*, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 06-39, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>>. Acesso em: 19 nov. 2024.